

AQUI TEM AGRICULTURA FAMILIAR! A IMPORTÂNCIA SOCIAL DAS COMPRAS INSTITUCIONAIS DO RE-UFPeI

DAIANE ROSCHILDT SPERLING¹; VITÓRIA DAITX DE OLIVEIRA²;
MOEMA ZAMBAZI³; FERNANDA NOVO DA SILVA⁴; FLÁVIO SACCO DOS
ANJOS⁵; NÁDIA VELLEDA CALDAS⁶

¹Universidade Federal de Pelotas – daianesperling@hotmail.com;

²Universidade Federal de Pelotas – vick_daitx@hotmail.com;

³Universidade Federal de Pelotas – Gerente RE UFPeI – mzambiasi@gmail.com;

⁴Universidade Federal de Pelotas – fernandanovo@gmail.com;

⁵Universidade Federal de Pelotas – saccodosanjos@gmail.com;

⁶Universidade Federal de Pelotas – velleda.nadia@gmail.com.

1. INTRODUÇÃO

A criação, em 1995, do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) representou um ponto de inflexão importante na história da agricultura brasileira (SACCO DOS ANJOS et al, 2004). Eis que, pela primeira vez, esse segmento produtivo, equivalente a 4,3 milhões de estabelecimentos agrícolas (84% do total) e responsável pela ocupação de 74% da população rural brasileira, passa a contar com uma política de crédito agrícola específica para o financiamento das atividades agropecuárias. Nesse sentido, cabe mencionar que apesar de controlar apenas 24,3% da área total e receber apenas 13% da política de fomento oficial, a agricultura familiar responde por 38% do valor agropecuária nacional e por expressiva parcela dos alimentos que chegam à mesa dos brasileiros.

Segundo GRISA; SCHNEIDER (2014) há três gerações de políticas públicas para a agricultura familiar no Brasil. A primeira delas é pautada pelo viés agrícola e agrário, incluindo, nesse caso, a criação do Pronaf. Nesse caso, a ênfase esteve orientada à liberação de créditos para o financiamento das atividades agropecuárias. A segunda é marcada por políticas de corte social e assistencial, enquanto a terceira envolve a criação de mercados institucionais dentro do marco dos objetivos de promover a segurança alimentar e a inclusão social. Essa questão tem relação direta com o objeto desse artigo. Conforme GRISA (2009, p. 5):

Os mercados institucionais podem ser objetivamente definidos como uma configuração específica de mercado em que as redes de troca assumem estrutura particular, previamente determinada por normas e convenções negociadas por um conjunto de atores e organizações, onde o Estado geralmente assume papel central, notadamente através de compras públicas.

Dessa classe de mercados, regida por uma lógica distinta à dos mercados convencionais, fazem parte o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e a atual versão do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) que determina que as escolas públicas do país adquiram junto à agricultura familiar do município ou região, ao menos 30% dos alimentos utilizados na elaboração das refeições servidas aos educandos. Mais recentemente o Decreto nº 8.473 (2015) estabelece o mesmo percentual mínimo na aquisição de gêneros alimentícios de agricultores familiares por parte de órgãos da administração pública federal.

A experiência do Restaurante Escola da UFPeI vem sendo desenvolvida desde 2013 no âmbito deste e de outros dispositivos legais que asseguram um

sistema de preferências que vem sendo considerado referência em nível nacional. O objetivo central desse estudo é apresentar alguns elementos que permitam avaliar o alcance dessa medida e alguns dos desdobramentos sociais do ponto de vista do desenvolvimento local e regional.

Os dados do último censo agropecuário indicam que a microrregião de Pelotas, correspondente à área de influência direta da UFPel, abriga em seu interior 18.980 estabelecimentos familiares (87,8% do total) que concentram 59% da área agrícola total. As informações que aqui serão apresentadas mostram que apesar de atenderem a uma parcela pequena deste contingente, os benefícios advindos da iniciativa promovida pela UFPel são, indiscutivelmente, muito positivos. O que aqui apresentaremos é uma pequena parcela dos resultados que vêm sendo obtidos a partir de pesquisa realizada pelo Núcleo de Pesquisa e Extensão em Agroecologia e Políticas Públicas para a Agricultura Familiar da Universidade Federal de Pelotas (NUPEAR-UFPel)

2. METODOLOGIA

A investigação se baseia no levantamento de dados e informações junto à Gerência do RE-UFPel relativas à operação e funcionamento dessa modalidade de mercado institucional, sobretudo do ponto de vista das quantidades adquiridas junto às organizações regionais participantes.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

O dia 4 de junho de 2013 coincide com a assinatura de termo de cooperação entre UFPel, Governo do Estado do RS e o Ministério de Desenvolvimento Social, iniciativa que marca o início formal desse processo que se estabelece como modalidade de compra institucional do PAA. A chamada pública foi aberta em 01/09/2014, prevendo uma série de etapas que perpassam a obtenção dos recursos, o estabelecimento de calendário agrícola, a definição de cardápios, passando pela habilitação dos projetos, conferência e finalmente o pagamento às instituições participantes.

O serviço de Extensão Rural (EMATER) assume um papel transcendental nesse processo do ponto de vista da articulação entre agricultores e UFPel, bem como na orientação técnica prestada aos agricultores familiares e as organizações a que estes acham-se vinculados.

Os dados da Tabela 1 oferecem uma visão geral de refeições servidas pelo RE-UFPel, assim como do público atendido. Como é possível perceber, foram quase 1,2 milhão de pessoas atendidas em 2016. A mais importante delas compreende o almoço (62,7%), seguida do jantar (25,6%). Como se pode observar, o número de refeições de não-bolsistas supera o de bolsistas.

A diversidade de (42) produtos adquiridos é enorme, tanto no caso de produtos frescos quanto de processados (conservas vegetais, doces, arroz orgânico, laticínios e schmiers). A Tabela 2 informa o volume de recursos aplicados nas cinco chamadas públicas do RE-UFPel. Como é possível observar, essa modalidade de compras supôs o ingresso de 3,2 milhões de reais nos últimos cinco anos.

Outro aspecto que merece ser frisado é que as normas desse sistema admitem o pagamento de um preço prêmio de 30% para os produtos oriundos da agricultura orgânica. Ou seja, além de favorecer a compra antecipada dos artigos

da agricultura familiar, o RE-UFPEl exerce uma importante ação pedagógica ao preconizar uma forma sustentável de agricultura.

Tabela 1. Público atendido pelo RE-UFPEl, segundo a categoria.

Refeição	Tipo de público atendido				Total	%
	Bolsista	%	Não-bolsista	%		
Desjejum	29.792	2,5	0	-	29.792	2,5
Ceia	109.341	9,2	0	-	109.341	9,2
Almoço	256.056	21,6	485.771	41,0	741.849	62,7
Jantar	147.530	12,5	155.364	13,1	302.906	25,6
Total	542.719	45,8	641.135	54,1	1.183.900	100,0

Fonte: Pesquisa de campo junto ao RE-UFPEl (2017).

Tabela 2. Volume de recursos envolvidos segundo Chamada Pública do RE-UFPEl em várias Chamadas Públicas.

Chamada Pública	Montante (R\$)
001/2014	661.266,68
001/2015	342.010,18
001/2016	890.747,92
002/2016	748.439,08
001/2017	610.060,22
Total	3.252.524,08

Fonte: Pesquisa de campo junto ao RE-UFPEl (2017).

A criação dos mercados institucionais tem sido apontada como um vetor decisivo para a cooperação no âmbito da agricultura familiar, sendo vista como responsável pelo surgimento de pequenas e novas estruturas associativas para atender a essa demanda, assim como pelo fortalecimento das instituições já existentes. No primeiro caso tem-se a Cooperativa dos Produtores Agrícolas de Monte Bonito (Coopamb) e a Cooperativa dos Produtores Agrícolas de Agricultores Familiares de Arroio do Padre (Coopap). Estas novas cooperativas foram edificadas no contexto da criação dos mercados institucionais que incluem não somente o caso do RE-UFPEl, mas também das escolas da rede municipal e estadual que buscam a se adequar ao que determina a lei 11.947 (2009), cumprindo o percentual mínimo de 30% das aquisições da agricultura familiar no âmbito local.

No segundo caso, tem-se a Cooperativa de Apicultores e Fruticultores da Zona Sul (Cafsul), a Cooperativa Sul Ecológica, a Unaic (atual União), a Cooperativa Mista de Pequenos Agricultores da Região Sul (Coopar) e a Cooperativa Sul de Laticínios (Cosulati) (Tabela 3). O fato é que esse sistema de compras vem assegurando qualidade e diversidade na oferta de produtos que alimentam os três restaurantes da UFPEl. Na Chamada 002/2017 constam 59 produtos hortifrutigranjeiros frescos, cinco tipos de grãos (arroz branco orgânico, arroz integral orgânico, feijão carioca, feijão preto, feijão preto orgânico), seis modalidades de laticínios (bebida láctea, creme de leite, leite em pó integral, queijo muçarela, queijo tipo ricota, doce de leite) e seis tipos de schmiers.

Tabela 3. Entidades associativas participantes das compras institucionais do RE-UFPEL e valores contratados na Chamada Pública nº 002-2016.

Cooperativa	Produtos adquiridos	Valores recebidos (R\$)
Cafsul	Hortifrutigranjeiros (orgânicos e não-orgânicos)	117.838,06
Coopamb	Hortifrutigranjeiros (não-orgânicos)	300.014,50
Coopap	Hortifrutigranjeiros (não-orgânicos) e schmiers	150.256,50
Coopar	Laticínios	27.391,11
Cosulati	Laticínios	8.178,60
Sul Ecológica	Hortifrutigranjeiros e grãos (orgânicos)	212.082,50
União	Grãos (orgânicos)	236.050,00

Fonte: Pesquisa de campo junto ao RE-UFPEL (2017).

4. CONCLUSÕES

Levada a cabo desde 2013, a experiência de compras de alimentos do RE-UFPEL deve ser entendida como “inovação social” no contexto das relações tecidas com os agricultores familiares de Pelotas e região. Diversos são os desdobramentos gerados por um sistema que simultaneamente promove qualidade da alimentação servida à comunidade universitária e garantia de compra aos produtores familiares, favorecendo a inclusão social e o desenvolvimento regional. Segundo SACCO DOS ANJOS; CALDAS (2016, p. 225):

A dinâmica peculiar de funcionamento destes programas serve para romper com a espúria associação entre mercados e exclusão social, ou com o mito de que a redução da pobreza deve ocorrer dentro do marco estrito das políticas de transferência direta de renda.

O que estes e outros estudos mostram é a possibilidade de conciliação entre os objetivos de ampliar o acesso a uma alimentação adequada e ampliar as possibilidades dos produtores, além de permitir a geração de ciclos econômicos virtuosos, fazendo com que os recursos públicos circulem regionalmente, gerando renda e trabalho a todos os implicados.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- GRISA, C. Desenvolvimento local, políticas públicas e meios de vida: uma análise do Programa de Aquisição de Alimentos. **Estudo & Debate**, Lajeado, v. 16, 67-92, 2009.
- GRISA, C.; SCHNEIDER, S. Três Gerações de Políticas Públicas para a Agricultura Familiar e Formas de Interação entre Sociedade e Estado no Brasil. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 52, p. 125-146, 2014.
- SACCO DOS ANJOS, F.; GODOY, W. I.; CALDAS, N. V.; GOMES, M.C. Agricultura familiar e políticas públicas: impacto do PRONAF no Rio Grande do Sul. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Rio de Janeiro, v. 42, n.3, p. 529-548, 2004.
- SACCO DOS ANJOS, Flávio; CALDAS, N. V. Ventos do Sul Movem Moinhos: a experiência brasileira no combate à fome na última década. **TEXTOS & CONTEXTOS**, Porto Alegre, v. 16, p. 215-230, 2017.